

**Discurso do Exmo. Sr. Ministro *Álvaro Peçanha Martins*,
na solenidade de lançamento do "Plano de Saúde" do TFR,
em 04.10.1984.**

O EXMO. SR. MINISTRO ÁLVARO PEÇANHA MARTINS:

-Quero dizer, antes de mais nada, que gosto muito das flores, porque ainda sinto o perfume.

Senhor Presidente José Dantas, minhas Senhoras, Srs. Ministros, Srs. Advogados, meus amigos - e quando uso a expressão "meus amigos" é porque me desavenço de, ao longo de doze anos e meio de judicatura neste Egrégio Tribunal, não ter tido, entre os meus pares e entre os Srs. funcionários, um único desafeto, podendo mesmo dizer, em sã consciência, amigo de todos e inimigo de ninguém.

Lê:

"Devo dizer que não tenho confiança na memória já envelhecida pelo tempo. Por esta razão, escrevi este pequeno discurso, pequeno, repito, desde que o discurso longo, tal como já tive oportunidade de falar, repetindo um grande orador, é o pior dos discursos. O discurso não é uma conferência, que expõe teses pormenorizadamente e estabelece conclusões: mas, no dizer de Rui Barbosa, a linguagem pronta, resplandecente e eletrizante, linguagem que, por evidente falta de força, não consigo construir. O discursador renitente geralmente perde a eloquência e cai na vala comum dos paulificantes repetidores de trechos e conceitos alheios já familiarizados com os espectadores, que aplaudem por delicadeza. Faz alguns dias, recebi a notícia desta homenagem, à frente os servidores lotados no Centro Médico. Dizia-me a comunicação telefônica do Dr. Abib Cury, meu médico sempre vigilante na auscultação deste meu coração violado, do seu motivo: - a minha boa vontade na transferência e instalação do Serviço, com mais amplitude e melhores recursos, neste edifício construído na minha pálida gestão e concluído e arrumado pelo meu sucessor, o eminente Presidente Néri da Silveira. Boa vontade, sem dúvida, teria que ocorrer, desde que se tratava de um compartimento zelador da saúde, o maior bem da vida. Saúde física e mental, esta readquirida através da conversa e conselhos dos médicos e psicólogos, que têm o condão de minorar a alma desesperada dos que não podem, ou podem muito mal, arcar com os efeitos de uma inflação desmedida, cujo índice continua crescendo, bastando que se tenha em nota as explicações sobre as suas constantes altas, todas desconexas e até mesmo contraproducentes. Desespero d'alma agravado com a manifesta

possibilidade de crise institucional ainda em plena disputa pela vitória no pleito de janeiro próximo. Tomara bem que as duas naus, Tancredismo e Malufismo, cheguem a bom porto, sem ameaças de alteração da paz. Nesta, e somente nesta, o Estado poderá encontrar meios para melhorar as suas finanças e possibilitar à Nação uma vida modesta, mas condigna para os nossos filhos e netos, já que a nossa geração, sobretudo, a minha, está sacrificada pela dívida astronômica oriunda do custeio de obras suntuosas, algumas sem retorno. Segundo Henry Kissinger, o político e financista americano que nos visitou, faz poucos dias, antes do final do século as finanças nacionais estarão regularizadas. Ora, nestas alturas da vida, um sexagenário, claro que já tenha descido, muito antes, o despenhadeiro de cujo fundo não se volta. Consola-me, todavia, a esperança de que os nossos descendentes irão usufruir das delícias do futuro paraíso.

Conservando, na forma da Constituição, o título de Ministro deste Tribunal de Recursos, claro que devo ser moderado e discreto na apreciação de certos assuntos e volver ao Serviço Médico, que está na berlinda e efetivamente se tornou modelar. No meu caso, por exemplo, por inúmeras vezes fui socorrido pelo eminente Ely Toscano, e, no meu gabinete e na minha casa, por Abib Cury, ambos vigilantes, na minha saúde então abalada por graves intervenções cirúrgicas. Sentindo, pois, na própria carne a eficiência dos serviços e seguindo as sugestões destes dois médicos que se transformaram em meus amigos de coração, aprovei o que podia ser aprovado dentro das forças do Orçamento, cingindo-se nisto, e apenas nisto, os feitos agora apontados como meritório. Uma homenagem advinda, exclusivamente, da simpatia e da amizade, que têm muita força. Homenagem que ainda me proporcionou rever amigos e melhor recordar os bons anos vividos nesta capital da esperança, notadamente no Egrégio Tribunal de Recursos. Gostando muito de conversar e discutir comigo mesmo, declaro-me um saudosista, um contrário à compulsória aos 70 anos nesta época de predomínio das vitaminas regeneradoras.

E aqui, meus amigos, faço ponto final, desde que já não tenho palavras para agradecer a tanta generosidade, palavras que a emoção impede cheguem aos meus lábios.

Muito obrigado, especialmente ao Presidente Dantas, que está conduzindo, para minha honra, os trabalhos desta reunião inesquecível.

**Discurso pronunciado pelo Exmo. Sr. Ministro *Álvaro Peçanha Martins*,
ao assumir a Presidência da Academia de Letras Jurídicas da Bahia,
em 20.09.1986.**

-Na forma do art. 6º do nosso Estatuto, os Diretores são eleitos por dois anos e reelegíveis. Com base nesta disposição e bem antes do pleito que me elevou a estas alturas, ponderei ao Professor Orlando Gomes que acabou de despedir-se da Presidência - a "Academia de Letras Jurídicas" ainda está precisando para crescer e prosperar, do seu prestígio e da sua justa fama de jurista de renome nacional e primoroso intelectual. Isto não foi suficiente para demovê-lo da idéia do rodízio, que qualificou de essencial. Contestei a essencialidade trazendo à baila Machado de Assis, Presidente da Academia Brasileira de Letras desde a sua fundação, de 1896 até 1908. Durante sua sucessivas gestões - acentuei ainda - o grande cenáculo sempre subiu, sobretudo pelo prestígio pessoal que desfrutava, no vasto campo das letras, o famoso dirigente. Todavia, dada a sua inarredável posição, o revezadamente vingou e fui escolhido novo presidente, cargo que acabo de assumir receoso, e, porque não dizer, com medo de não corresponder ao encargo confiado pelos Srs. Acadêmicos, todos, felizmente, sem exclusão de ninguém, meus amigos. O agradecimento sincero, advindo do coração, não precisa revestir-se de muitas palavras, bastando que eu diga, a cada um, muito obrigado.

A Academia ainda vive sem morada certa, realizando-se as suas sessões ordinárias e solenes, as primeiras na Biblioteca Orlando Gomes e as segundas nesta Academia de Letras, umas e outras por gentilezas, respectivamente, dos eminentes patrono e presidente. Necessário, portanto, ao lado das nossas atividades intelectuais, conseguir-se os meios para obtenção da nossa residência, do nosso endereço definitivo. O novo tesoureiro, um especialista em finanças, vai nos orientar neste campo. E é bem possível que as contribuições se multipliquem.

Afastado, por velhice legal, da judicatura no Tribunal de Recursos, há pouco mais de quatro anos, tentei volver à advocacia visitando, certa tarde, o Fórum, onde apenas encontrei, do meu tempo, um antigo serventuário desativado. Os outros, segundo informações obtidas, estavam aposentados, alguns capengas e muitos falecidos. Dos advogados, assíduos frequentadores de todos os dias, uma plêiade de homens ilustres, também foram, quase na sua totalidade, tragados pela morte. Apenas dois, ou três, ainda militam e ostentam restos da antiga atividade. No quarto andar, onde geralmente os causídicos se

encontravam, grupos de advogadas confabulavam e algumas me cumprimentaram assim: -"Boa tarde Ministro".

Reparei, então, que a minha bela época havia passado, substituída por jovens flamantes de vida. E, voluntariamente me recolhi recordando, comigo mesmo, fatos e episódios acontecidos e relendo autores da minha predileção permanente: - Rui Barbosa, Machado de Assis e Eça de Queiroz. Ainda não devolvi à minha estante o "Velho Senado", em que Machado descreve a antiga casa da representação nacional em 1860 e as figuras de Eusébio de Queiroz, Zacharias, Cotegipe e muitos outros. Uma beleza de livro.

E afastado, como disse, da púgna forense, não tenho lido as revistas jurídicas, nem mesmo a "Trimestral de Jurisprudência", que publica as decisões irrecuráveis do Supremo Tribunal. Mas, de quando em quando releio livros antigos de Direito, preferencialmente o Administrativo, recordando causas que propus contra o Estado e sua Fazenda, matéria que não tive o incentivo dos estudantes posteriores, os alunos do Prof. Lafaiete Pondé. O mestre do meu tempo, um homem bem posto e de muito talento, preferia dissertar sobre Chateaubriand e Balzac, os gênios da literatura francesa. Sem atinar na provocação de um aluno gaiato, lembro-me bem, abandonou bruscamente os "Atos e seus Efeitos" e falou, eloqüentemente, sobre Vitor Hugo, o poeta, escritor, o pai na França, o grande exilado. A última obra que reli foi o Direito Administrativo, de Gaston Jeze, cujos ensinamentos serviram de paradigma aos administrativistas dos novos tempos, que expõem com elegância e didaticamente as matérias escudados em autores estrangeiros, que também beberam, no jurista francês, o estudo das regras relativas aos serviços públicos.

Bem sei que o intelectual, além de reler, deve ler os livros novos que contem da atualidade, a atualidade que acompanho lendo artigos de imprensa, revistas e ouvindo noticiários através da televisão, uma das grandes invenções deste século, notadamente para os envelhecidos, os que vão perdendo, gradativamente, a paciência. Note-se que o autor de Quincas Borba, que faleceu aos 69 anos, já dizia: -"A vida, mormente nos velhos, é um ofício cansativo". Bem mais idoso do que o romancista, pelo menos cronologicamente, compreendam e revelem, os Srs. Acadêmicos, a minha possível canseira em meio à jornada que estamos iniciando. Mas vamos trabalhar, que também constitui, principalmente para os que recomeçam no trabalho, a sensação de utilidade e revigoramento de energias estagnadas, notadamente depois que uma figura de certo relevo, em plena sessão administrativa no Tribunal de Recursos, há seis anos, afirmou o declínio do Direito, sem vislumbrar que a sua grande nau enfrenta temporais, submerge nos vagalhões, mas volta sempre à superfície. E vamos trabalhar tendo em vista que as boas letras

jurídicas contribuirão, decisivamente, para o progresso do País, principalmente nesta fase voltada para a futura Constituição. Pelo que observei das investigações populares realizadas nesta cidade de Salvador, em geral, até mesmo entre os alfabetizados, quase todos os inquiridos a ignoram, nada sabem, muito menos, do seu motivo. E, sem saber, elegeram uma parte da grande Assembléia que vai discutir e votar os 436 artigos do anteprojeto acrescidos dos 32 das Disposições Gerais Transitórias. Tomara bem que os constituintes esclarecidos, os eleitos pela maioria culta, reduzam ao mínimo possível as disposições, que devem ser escritas em termos acessíveis à grande massa, ao nosso meio, à nossa gente. E, promulgada a Constituição, é preciso que se diga, não quer dizer que todos os seus artigos sejam perenes, imutáveis. Cancelados, ou consertados devem ser, através de revisão, os enunciados que se não ajustarem. No Brasil, as alterações ou modificações têm causado, sem razão, celeumas injustificadas, desde que se não deve permitir continue no texto um dispositivo que se tenha mostrado, com o tempo, ineficaz ou contraproducente. O Estado "não pode suportar os riscos de uma disposição mal-inspirada do ponto de vista dos direitos individuais ou dos interesses da comunhão". Ressalte-se que a França, que figura entre os países mais cultos do mundo, após a revolução e desde a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, em 24 de agosto de 1889, retocou a sua Constituição inúmeras vezes.

Um dos capítulos que está merecendo atenção, sobretudo para nós, os baianos, é o dedicado ao Poder Judiciário, cujo art. 267 do anteprojeto substitui o atual Tribunal Federal de Recursos pelo Superior Tribunal de Justiça e cria Tribunais Regionais. Deve caber à Bahia, pela sua população e riqueza, figurar como sede de um dos tribunais regionais. Neste sentido devemos pugnar junto ao governo, aos novos Senadores e Deputados, recomeçando, desse modo, por restaurar o nosso prestígio decaído, faz algum tempo, pelo desleixo e pouco caso.

Está escrito no art. 16 que "todos têm direito à vida" à existência digna e integridade física e mental, à preservação da sua honra, reputação e imagem pública".

Existência digna, sem o oferecimento real dos meios é uma balela que só impressiona aos indígenas, originando-se o pomposo enunciado de várias disposições da Constituição de 1946, que viveu dezoito anos, período em que nada se fez pela existência digna. Por mais incrível que pareça, foi posteriormente que se proporcionou a aposentadoria do trabalhador rural, pouco rendosa, é certo, mas que vem evitando o morrer de fome de uma multidão.

Se a divisão entre ricos e pobres é incompatível com a Justiça Social, como dizia Harold Laski, o teórico do trabalhismo inglês, muito mais gritante é a separação entre ricos, pobres e miseráveis, a situação brasileira e de muitos países do mundo. Já é tempo de procurarmos conferir, a todos, segundo as suas necessidades, como já principia a ocorrer com a iniciada prática da reforma agrária, que tende a prosseguir juntamente com outras providências vitais, a começar pela moradia urbana ainda em tugúrios aos remendos de tampões de barro, de quando em quando devorados pelas enxurradas. Sem moradia higiênica e segura, sem dinheiro, parte da massa humana ataca e rouba. É que a evolução de tudo quanto a alma realiza se condiciona, por primeiro à alimentação. Um organismo com fome não pensa no bem, nem ama. Chega ao desespero e comete desatinos que apavoram, principalmente nos grandes centros.

Assim como os loucos são contidos e os assaltantes, ladrões instintivos reprimidos, os que assaltam e roubam por penúria devem ser conduzidos aos empregos pelos agentes do governo, que já disse, faz pouco, que a falta de trabalho esta acabando. Desaparecida a sua escassez, construídas as moradias condignas reiteradamente anunciadas, aberto estará o caminho para um outro movimento redentor - o da abolição da pobreza.